

Senhor Presidente  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhor Presidente e  
Senhores Membros do Governo

No final do exercício dos documentos que hoje foram aprovados estaremos com dez anos de governação socialista nos Açores.

E dez anos é muito tempo.

Na transição do século XX para o século XXI, com os avanços da técnica, da tecnologia e da ciência, com o facilitado e generalizado acesso ao conhecimento, com as consequências sociais da integração europeia e com os recursos financeiros que desta advieram, o tempo deste tempo não pode ser comparado, por exemplo, com idênticas parcelas de anos dos alvores da autonomia.

E com dez anos de governo socialista na Região, poderíamos, hoje, estar com um arquipélago diferente, com outro

desenvolvimento, com outro rumo, com outras apostas, com outros equilíbrios, enfim, poderíamos, com idênticos recursos, ter concretizado uma diferente ideia de Região.

No entanto, naquilo que depende da acção governativa regional, o que está e não está feito, as dinâmicas sociais existentes, a realidade das ilhas, isto é, a vida dos açorianos de agora é da responsabilidade dos sucessivos governos do Partido Socialista.

À oposição parlamentar cabendo apreciar e deliberar sobre os documentos definidores da estratégia governativa regional, compete acompanhar essa acção e promover, na exacta medida das suas responsabilidades, a intervenção política capaz de melhorar aquilo que entende menos bem e apresentar-se com propostas de desenvolvimento alternativas.

Porém, esta visão de concretização política do regime democrático começa cada vez mais a ser posta em causa, com a preocupante minimização e, conseqüente, desresponsabilização do papel desta assembleia, nos seus poderes efectivos e no resultado prático que, muitas vezes, a sua acção deixou de ter.

Quando constatamos, sucessiva e progressivamente, que grande parte da acção, por natureza, pública de investimento e de promoção do desenvolvimento regional, nas mais variadas áreas, deixa de ser concretizada pelo órgão político Governo Regional, por via dos seus vários departamentos, para ser levada a cabo através de sociedades comerciais sem controlo político e público, quer do eleitor e cidadão quer do órgão próprio da autonomia que tem, ou melhor, tinha, exactamente a competência de apreciar, deliberar e fiscalizar tais acções, concluimos pela necessidade imperiosa de rever os conceitos e as práticas do sistema democrático autonómico deste início de século.

Com efeito, hoje, parte significativa dos investimentos, parte substancial da acção política nos Açores, é protagonizada por administradores com estatuto privado, que nem foram sujeitos ao acto supremo da democracia – o voto - , não são susceptíveis da apreciação pública das suas acções ou omissões, nem sendo, o mor das vezes, sequer conhecidos do eleitor.

Efectivamente, com a actual situação, cada vez mais os directamente eleitos pela comunidade, todos e cada um de nós, dos 52 Deputados que com a nobreza cívica do estatuto de membros do primeiro órgão da autonomia, ficam apenas com o título, com o ónus a cada dia mais negativo da função política, o

mesmo é dizer, aqueles em quem todos têm os olhos porque neles votaram, cada vez têm pior imagem junto da população e cada vez menos têm o poder efectivo de planear, decidir e executar investimentos em cada uma das ilhas, que acaba por ser transferido para outros quaisquer nomeados de uma qualquer sociedade anónima.

Tudo isto é ainda mais grave, quando se verifica que tal realidade incide sobre áreas com a importância política pública, como a saúde, o ambiente, as estradas regionais, os caminhos agrícolas, ou a gestão de portos e aeroportos.

Mas, se esta conclusão determina uma reflexão profunda sobre o nosso sistema político, exige, do mesmo modo e nessa exacta medida, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, através de todos os seus Deputados, assumam vigorosa e convictamente os seus poderes, as suas faculdades e se adequem a estes novos tempos.

O que não pode continuar a suceder é a alteração profunda do quadro dos poderes e protagonistas executivos e, por outro lado e ao invés, a manutenção suicida e progressivamente anacrónica das competências e faculdades do órgão legislativo e fiscalizador.

É neste panorama de preocupação, mas de exigência, que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores é confrontada com os documentos definidores da acção política regional para 2006.

O Partido Social Democrata com a representatividade eleitoral que assume, com o património da sua obra e dos seus ideais e com a reflexão e acção dos seus Deputados faz um análise claramente crítica do Plano e Orçamento apresentados pelo Governo Regional e aprovados pela maioria.

Tais documentos são marcados, por um lado, pela continuidade das práticas e orientações, não beneficiando de inovação, novidade ou melhorias significativas, e, por outro lado, com uma acentuada tendência para a ilusão com que se tenta adormecer e distrair os açorianos.

Conforme ficou claro nestes três dias de debate, muito daquilo que caracteriza a propaganda do Governo e do PS, muito daquilo que se passa para a opinião pública e publicada - cada vez mais dependente da informação oficial da Região - não passa de um conjunto de artifícios e artimanhas embrulhados e enfeitados

num discurso de faz-de-conta sem correspondência com a realidade dos números e dos factos.

A este nível não pode deixar de se voltar a alertar para a gravidade daquilo que até agora não mereceu qualquer explicação.

Conforme o PSD denunciou, os valores previstos nas Orientações de Médio Prazo 2005-2008, publicadas no Diário da República e constantes das publicações oficiais do Governo Regional não coincidem com os valores aprovados nesta Assembleia em Abril deste ano.

De facto, o total aprovado para as verbas do Plano foi de 1.328 milhões de euros, enquanto o total publicado e assumido pelo Governo Regional foi de 1.243 milhões de euros. O total aprovado para as verbas globais de investimento foi de 2.377 milhões de euros, enquanto o total publicado e assumido pelo Governo Regional foi de 1.987 milhões de euros.

Que credibilidade se pode exigir, ou sequer esperar, dos documentos aprovados nesta Assembleia, quando são desrespeitados com tanta leviandade.

Tudo se torna ainda mais acintoso e descarado perante a posição do Vice-presidente do Governo ao apresentar os documentos em debate, começando por dizer que “*concretizam as opções estratégicas para o próximo ano*” quando o quadro da projecção do investimento público das Orientações de Médio Prazo aprovado há seis meses já nem é seguido.

Conforme o PSD demonstrou claramente, também o slogan propagandístico de que estamos, mais uma vez, perante o maior Plano de sempre é uma ilusão, fruto de manobras e artificialismos.

Desde logo, não é tido em conta o efeito da inflação.

Por outro lado, e como clarificamos no âmbito do debate, a inclusão no Plano das verbas relativas ao Imposto sobre os Produtos Petrolíferos, quando o mesmo não sucedeu por exemplo em relação ao corrente ano, faz, desde logo, com que, e com os mesmos critérios, o Plano para 2006 seja inferior ao Plano para 2005.

Acresce que cerca de 5% das verbas inscritas no Plano, aproximadamente 16 milhões de euros, para pretensão investimento acabam por constituir meras despesas de

funcionamento, como são os casos de um vasto leque de acções para conservação e manutenção de edifícios e instalações ou pagamentos de honorários de advogados.

Assim, e descontando estas claras despesas de funcionamento disfarçadas de investimento, o Plano passa de 326 para 309 milhões de euros.

É de realçar, ainda, que parte significativa das verbas do Plano existe para pagar dívidas anteriores de obras já executadas.

Depois, voltamos a ouvir a trombeta da propaganda do Governo a anunciar, irresponsavelmente, o aumento do investimento em face das despesas correntes, quando o que se passa, de facto, é que as despesas com investimento crescem aparentemente 1,7%, mas se retirarmos as referidas verbas de funcionamento mascaradas de investimento ficaremos com um crescimento negativo de -3,4% em relação a 2005.

Por outro lado, e mesmo sem artificios, as despesas de funcionamento crescem 2,6%, assim, mais do que as despesas de Plano, os tais 1,7%, sendo que sem o malabarismo de travestir despesas de funcionamento em despesas de investimento, as despesas correntes aumentam 5,5%.



Mas, temos, ainda, a charada do chamado equilíbrio orçamental, que, cremos sinceramente, não engana nem os seus próprios autores.

Com efeito, a dívida pública regional vem aumentando significativamente, depois de em 2004 termos chegado a uma dívida pública regional total de 555 milhões de euros, sendo 275 milhões de euros em dívida directa e 280 milhões em dívida indirecta.

Prevê-se, de acordo com o Relatório do Orçamento, que em 2005 se chegue a uma dívida total de 674 milhões de euros, um aumento de 21,6%, decorrente da dívida indirecta para 399 milhões de euros.

Para 2006, é prevista autorização para aumentar o “*plafond*” de avales em 110 milhões de euros, podendo levar a um agravamento da dívida pública regional, em cerca de 16,3%, para um montante de 784 milhões de euros.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Senhores Membros do Governo

Este orçamento está ensombrado pela relação financeira entre a Região e o Estado.

A Região continua impedida de recorrer a novos empréstimos que impliquem aumento do endividamento.

Pela primeira vez, é violada a Lei de Finanças Regionais.

As transferências do Orçamento de Estado para 2006, não contemplam verbas para suportar a dívida da Região de 140 milhões de euros.

O montante a transferir no âmbito da convergência do tarifário eléctrico é, unanimemente, considerado insuficiente.

As despesas do PIDDAC previstas para os Açores em 2006 diminuem 28 milhões 136 euros em relação a 2005.

Perante tudo isto, e a ameaça exigente do Presidente do Governo Regional, resultou o inexplicável parecer positivo dos Deputados do PS nesta Assembleia e o voto favorável dos Deputados do PS Açores na Assembleia da República.

Perante o desmentido oficial do Primeiro-Ministro às declarações do Presidente do Governo sobre um alegado acordo, em benefício da Região, resultou o silêncio, as frases redondas que querem dizer mas acabam por não dizer, que, de facto, não defendem e por isso não beneficiam os Açores, ficando, ainda hoje por se saber quem dizia a verdade.

Os desmentidos, as dúvidas e as incertezas não ajudam a Região nem a credibilidade da política.

O que é certo e cito *“é que um Governo que não cumpre com a Lei de Finanças das Regiões Autónomas, um Governo que se furta à solidariedade, um Governo que impõe o endividamento zero, é um mau Governo para as Regiões Autónomas.*

*Não perceber isto, ou pior, perceber e não querer admiti-lo acaba por ter nefastas consequências na credibilidade do discurso político”.*

Acabei de citar precisamente o Senhor Secretário Regional Adjunto da Presidência, Vasco Cordeiro, que suponho continua a pensar exactamente o mesmo de um outro Governo que mantém algumas características daquele que atacava, tratando ainda pior os Açores.

Sobre o Governo da República que tinha aquele tratamento para a Região, isto é impunha o endividamento zero e alegadamente não cumpria a Lei de Finanças Regionais, o Senhor Presidente do Governo Regional dizia que se estava perante, e cito, *“um golpe de Estado contra as autonomias”*, um *“ataque contra as autonomias”*, *“processo arrogante e autoritário”*, *“atentado contra a Constituição”*, ou *“brutalidade”*.

Hoje, perante um Governo que impõe, exactamente, o endividamento zero, viola a Lei de Finanças Regionais e prevê um decréscimo dos investimentos e das transferências para Região, o mesmo Presidente do Governo nada diz, apesar de ostensivamente desmentido pelo autor de todas estas atrocidades, limitando-se, estranhamente, a referir que quer seja através do silêncio quer seja quando fala defende os Açores.

Ora, é esta dualidade de posições baseadas e orientadas apenas pela disciplina, tutela ou orientações partidárias que, precisamente, não defende a Região nem credibiliza a política e os políticos.

Tudo isto pode parecer estranho, mas, se calhar, infelizmente, não é.

Como pode parecer estranho que se defenda a revisão da Lei de Finanças Regionais, no enquadramento financeiro actual do país, em vez de se defender intransigentemente o seu cumprimento.

Conforme já denunciámos noutras circunstâncias, continua, inexplicavelmente, a ser apresentado um documento de planeamento da acção governativa regional sem quaisquer projecções sobre o crescimento da economia ou do emprego.

Com efeito, continuamos a conhecer os números relativos às previsões do crescimento do Produto Interno Bruto da economia internacional, da União Europeia, de Portugal, continuando, ao invés, sem saber qual é a previsão do Governo Regional sobre o crescimento do PIB regional para 2006; para o comportamento das exportações e das importações; ou sobre a previsão do Governo Regional, por exemplo, para a produção de determinada indústria ou sobre o consumo privado ou público para o mesmo período.

Outra das ilusões que marca a acção deste Governo Regional, foi, mais uma vez e continuamente, repetida pelo seu Vice-presidente, quando tem o descaramento de voltar a afirmar

que os documentos em causa “*concretizam os compromissos com os eleitores*”, quando qualquer açoriano sabe que algumas das obras agora previstas para 2006 estão repetidas desde 1997 e algumas das promessas de 2004 não estão previstas.

Meramente a título de exemplo, refiram-se os seguintes casos de obras previstas desde o início da governação socialista nos Açores:

A Escola EB 2,3, Ensino Artístico de Angra do Heroísmo vem referida em Planos desde 1997, com promessas sucessivamente e em todos os anos subsequentes de que naquele ano é que iria começar a obra, que como todos sabem só agora se iniciou.

A Escola de Vila Franca, no Plano de 1998 via prevista a sua ampliação e grande reparação que é novamente prevista em 2006.

A Escola de Santa Cruz da Graciosa, tinha previstas verbas para a sua adaptação ao ensino secundário e grande reparação em 1998 que continua a ser prevista nove anos depois.

A Casa Walter Bensaúde, na Horta, via no Plano de 1998 o início da respectiva obra, que continua prevista nove anos depois.

As obras de restauro e adaptação do Recolhimento de Santa Bárbara voltam a ser previstas em 2006 quando já eram referidas em 1998.

E outras obras prometidas para este mandato vêm previstas verbas meramente residuais que demonstram que não são para executar, ou, mais grave e demonstrativos da mentira do Governo, não estão sequer previstas como são os casos, entre muitos outros, da comparticipação do Governo Regional Avenida Marginal da Praia da Vitória ou o Observatório Regional do Ambiente na Terceira; a construção dos novos Quartéis de Bombeiros de São Roque e das Lajes do Pico ou o reforço do Molhe do Porto das Ribeiras; a construção do novo Estádio ou da Pousada de Juventude do Faial; a Residência de Idosos das Lajes ou a Sala de Desmancha do Matadouro das Flores; o arranjo urbanístico do Largo da Vitória ou a construção do Núcleo de Recreio Náutico e ampliação da Gare Marítima de Passageiros da Graciosa; o Lar de Idosos da Calheta ou a Casa do Povo do Topo; a intervenção de retenção de areia na Praia Formosa, ou a construção da Estrada Regional dos Arrastadouros das Lombas da Povoação, entre tantas e tantas outras promessas por cumprir.

É, por isso, falso dizer-se que “*com estes documentos concretizam-se os compromissos estabelecidos perante os açorianos*”, como levemente defenderam os sucessivos membros do Governo e Deputados eleitos pelo PS, nestes três dias de debate, o que só se percebe como mais um dos muitos exercícios de ilusionismo com que tentam enganar os açorianos.

Mas mais do que os números, mais do que os incumprimentos, há a ilusão de que está tudo bem, de que vivemos num mundo cor-de-rosa, em que todos os açorianos estão satisfeitos, não havendo qualquer contestação social ou desagrado perante a acção governativa, a não ser da parte de uma oposição que estaria desfasada da realidade.

De facto, para quem possa estar distraído, alienado, adormecido, ou amordaçado perante o poder tendencialmente dominador da sociedade, até pode parecer, ou melhor, até pode ter que parecer, que tudo está bem.

Mas, se estivermos atentos, independentes e imunes à ilusão socialista, constatamos que afinal não vivemos no mundo cor-de-rosa com que tentam pintar a vida dos açorianos.



As concentrações de contestação dos professores que se vêm verificando não podem significar satisfação.

Os trabalhadores das IPSS, que reivindicam os seus direitos e enchem ruas de contestação, como não há memória nos Açores, não se mostram satisfeitos.

Os Agricultores que vêm reduzidos os seus rendimentos, em alguns casos, até situações de penúria financeira, não estão a viver os melhores momentos das suas vidas.

Os Pescadores que vêm as capturas baixar a cada dia e cujos descontos para a Segurança Social não são pagos pela empresa pública responsável, não revelam sinais de felicidade.

Os jovens licenciados que têm dificuldade no acesso ao primeiro emprego, em especial na sua área de formação, não se sentem num mundo cor-de-rosa.

Os comerciantes que se queixam a cada dia do decréscimo das suas vendas, não o fazem por prazer.

Os empresários da construção civil que, no Parecer relativamente a estes documentos através da respectiva

associação, evidenciam uma “*quebra*” e “*redução*” do investimento do governo regional com impacto no sector, não se alegram com a situação.

O investimento externo que anunciado não chega não estimula a nossa economia.

Os órgãos de comunicação social da Região ameaçados com o seu fim, não revelam concordância com a política governamental.

Os enfermeiros que ainda hoje fazem greve, com as consequências que isso tem num sector como a saúde, não o fazem para manifestar concordância com a actual situação.

Os açorianos não se identificam com um serviço público de saúde onde cada vez se gasta mais sem que tenhamos melhores cuidados.

Os altos níveis de insucesso escolar dos jovens açorianos não são sinónimo de uma política de educação mobilizadora dos seus profissionais e motivadora dos alunos.

Mesmo em áreas em que o Governo canta vitória, deparamo-nos com situações que demonstram que nem tudo está a correr bem e que são necessárias melhorias.

Apesar do crescimento de alguns indicadores relativos ao sector turístico, sentimos a preocupação dos industriais do sector pelo decréscimo continuado das receitas médias por dormida e, em algumas ilhas, relativamente às baixas taxas de ocupação, na casa dos 30%.

O desemprego que, apesar de margens de erro da ordem dos 14%, é objecto do permanente auto-elogio do Governo, sendo hoje de 4,2% superior aquilo que acontecia há um ano atrás (3,8%), e bem maior ainda em relação aos 2% atingidos no 1º trimestre de 2003.

Até numa simples questão como o acesso a canais generalistas de televisão, que deveria ser marcada pela satisfação dos açorianos, deparamo-nos com deficiências, problemas ou injustiças que revelam uma deficiente acção governativa.

Tudo isto é comprovado com o estado da nossa economia, demonstrados no crescimento real negativo de 0,8% nos últimos dados oficiais conhecidos de 2003 relativamente a 2002, ou

através do PIB *per capita* de 2003 que representa 56% da média europeia a quinze, agravando-se mesmo em relação ao verificado em 2002 (57%), caminhando-se assim para a divergência em relação à Europa.

A este nível, é de acentuar que a forma como nos relacionamos com o exterior, quer ao nível da integração europeia, quer no âmbito da nossa ligação com a imensa comunidade de açorianos que alargam o tamanho das ilhas à dimensão do mundo, é decisiva para a nossa afirmação e desenvolvimento, não podendo reduzir-se a meras palavras de circunstância em dias lembrados mas em práticas esquecidas.

A taxa de produtividade dos Açores regrediu em 2003 relativamente ao ano anterior, fazendo com que permaneçamos com a mais baixa taxa de produtividade do país, com 81% da média nacional, demonstrando-se que continuamos a não criar riqueza na Região, sem que se vislumbre políticas eficazes para o efeito.

O PSD saúda os princípios subjacentes à criação do denominado Fundo de Coesão, que surge, de resto, na sequência das propostas apresentadas no nosso Programa Eleitoral.

Sendo uma assunção clara do insucesso dos oito anos da política do Governo Regional socialista em relação às ilhas mais pequenas, ficam ainda uma série de dúvidas por esclarecer.

Efectivamente, não se sabe quais são os critérios para a distribuição dos 20 milhões de euros consignados no Plano para cinco ilhas dos Açores.

Continua por se saber qual a razão para terem sido escolhidas aquelas cinco ilhas, excluindo-se o Pico.

Fica por saber se houve algum estudo sobre o estado da coesão social e económica entre as ilhas, que levasse à adopção de políticas adequadas.

Como fica por identificar qual o grau de divergência de cada uma das ilhas em causa relativamente à média regional, ou a previsão do prazo para cada uma dessas ilhas alcançar tal média.

A participação parlamentar neste debate, do mesmo modo, mantém a linha de continuidade dos últimos tempos.

O PS, pelo seu lado, para além de apresentar relatórios da acção do Governo, ou de descrever, repetindo, o Plano nos seus

vários programas ou acções, como se isso fosse necessário ou sequer adequado a este debate, ocupou o seu tempo a fazer ataques ao PSD, e ainda ao Passado que esquecem ser também seu.

Chegando a pedir mesmo o voto contra do PSD, o PS, através de intervenções preconceituosas, revela que afinal o que não quer é a existência de oposição, que pretende um domínio monopolizador da sociedade açoriana, confundindo ostensivamente maioria absoluta com poder absoluto.

Obviamente que existem sucessos, há realizações, há coisas bem feitas, que o PSD saúda e com as quais nos congratulamos, e que o Governo Regional e os seus deputados, em 10 horas não se cansaram de repetir.

Mas, o PSD tem o inalienável e indestrutível dever político e cívico de denunciar, de repor a verdade e de apresentar alternativas. Foi o que fizemos.

Da parte do PSD, e na sequência da nossa acção neste Parlamento, designadamente aquando da discussão do programa de Governo ou das Orientações de Médio Prazo e Plano e Orçamento Regionais para 2005, entendemos que falta aos

Açores, sobretudo, um modelo de desenvolvimento regional, um rumo, uma linha de acção, uma clara ideia de Região e políticas efectivas para a concretizarem.

Entendemos, pelo nosso lado, que não se pode reduzir o Plano e a acção do Governo a uma lista avulsa de acções.

Pelo contrário, temos de elevar estes documentos a um modelo de desenvolvimento social, económico e territorial e temos de erguer a actividade política à respectiva concretização com vista à realização do Bem Comum, que tem a ver com a justiça social, com a igualdade de oportunidades, com o desenvolvimento cultural, com o bem-estar intelectual e físico dos membros de uma comunidade, com a preservação e valorização do Ambiente e de tudo aquilo que sendo de todos só pode ser protegido e promovido por cada um.

E a política, na nossa óptica, é isto mesmo, a reflexão, a definição e a execução daquilo, que tendo a ver com o colectivo, deve promover a realização pessoal de cada indivíduo.

Por isso, o PSD, ao contrário do que tenta fazer crer desesperadamente o PS, em mais um dos seus exercícios de ilusionismo, não se fica pela denúncia responsável e construtiva,

vai, tem ido sempre, para além disso, apresenta diferentes ideias, apresenta uma ideia de Região, e apresenta como apresentou ainda agora neste debate propostas concretas que visam melhorar alguns aspectos da vida dos açorianos.

Não sendo adequado apresentar todo um Plano, o que é da competência do Governo Regional, assumimos a responsabilidade de apresentar propostas de alteração aos documentos em causa, que sinalizam áreas de actividade que merecem uma diferente abordagem.

Considerando a importância da Cultura, na afirmação, identificação e desenvolvimento de um Povo, e a ineficácia da política cultural nos Açores, assumimos essencial uma nova abordagem do sector, que concretizamos com propostas concretas.

O drama da toxicodependência continua a alastrar nos Açores, tendo o PSD sucessivamente eleito esta área como prioritária da acção governativa, que lamentavelmente não tem tido o sucesso necessário, pelo que, voltamos a apresentar proposta no sentido de incrementar a prevenção à toxicodependência.



A importância que o PSD reafirma em relação à infância, juventude e idosos, pela respectiva repercussão na saúde de uma comunidade, levou-nos a apresentar propostas para reforçar as verbas de apoio social nesta área.

A importância da divulgação de informação e da existência de comunicação social nos Açores faz que tenhamos apresentado propostas para reforçar o apoio a esta actividade.

Numa região dependente de energia e com as potencialidades naturais únicas para a respectiva produção e perante o inexplicável e prejudicial esquecimento do Governo Regional neste domínio, o PSD apresenta propostas no sentido de apoiar a produção de hidrogénio renovável nos Açores.

A importância do sector agrícola na Região exige a sua eficaz modernização de modo a prevalecer o tecido sócio-económico dos Açores, pelo que propomos um reforço específico para a reestruturação fundiária.

Apesar de não ser essa a vontade do PS, o Partido Social Democrata, assumindo o seu importante papel de maior partido da oposição em termos regionais, sendo o maior partido da Região ao nível autárquico, cujas eleições ganhou, está convicta e

firmemente disponível para contribuir para o desenvolvimento dos Açores.

Temos feito isso, estamos a fazer isso e, sobretudo, sentimos que a nossa participação política e, acima de tudo, cívica, só se justifica com estes pressupostos e propósitos.

Tudo isto, com o respeito democrático que assumimos, com respeito pelos ideais que nos movem, com respeito pelo património que nos orgulha, com respeito pelo projecto de governação e de desenvolvimento que defendemos para a nossa terra, com respeito pelos açorianos nas suas diferentes posições, perspectivas, necessidades e ambições, mas, de forma especial, com respeito pela Esperança, a “*doce Esperança*” que nos anima, como ao Povo que a canta, a Esperança de que no outro lado do mar há sempre outra terra, de que amanhã, depois da noite, vem outro dia, de que depois do mau vem sempre o bom tempo.

A Esperança de que é sempre possível um Futuro melhor que só será alcançado se o quisermos e assumirmos.

O PSD está animado por essa Esperança e está convicto do papel que tem para a sua concretização.

Disse.